

## **Drogas: Perspectivas em Ciências Humanas**

BEATRIZ CAIUBY LABATE & FREDERICO POLICARPO (ORGS.)

### **Resumo**

Este livro visa refletir sobre as práticas e representações acerca do consumo de substâncias psicoativas e discutir instrumentos teóricos e metodológicos que permitam aprofundar nossa compreensão em relação à diversidade em seus usos, seus efeitos sociais e os controles institucionais e informais que os cercam. O ponto de partida de nossa reflexão é considerar a coexistência de múltiplos discursos e práticas em torno das chamadas “drogas”. É nesse sentido que, tanto as estratégias de controle sobre o acesso, circulação e às experiências de consumo, quanto aquelas mobilizadas para garantir esse consumo são consideradas lado a lado, tratadas com a mesma importância política e epistemológica. Com essa perspectiva relativista, nosso objetivo é garantir que nenhum discurso e prática sirvam como referenciais externos para a descrição/interpretação de outras: o que dizem e fazem os agentes da lei e da saúde são tão legítimos do ponto de vista teórico quanto o que dizem e fazem as pessoas que consomem ayahuasca, maconha ou crack. Assim, esperamos problematizar o paradigma “médico-legal” que informa as políticas públicas sobre drogas atualmente. Porém, indo mais além de uma simples crítica, o livro é um convite para o diálogo interdisciplinar, razão pela qual o escopo de objetos e temáticas são amplas e abrangentes. Nossa expectativa é que os artigos que compõem o livro alimentem novos debates e abram frentes de pesquisas inovadoras.

### **Biografia dos organizadores**

BEATRIZ CAIUBY LABATE é Doutora em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. Suas principais áreas de interesse são o estudo de substâncias psicoativas, políticas sobre drogas, xamanismo, ritual e religião. É Professora Colaboradora do Programa de Psicologia Oriental-Occidental do Instituto de Estudos Integrals da Califórnia (CIIS), em São Francisco e Professora Visitante do Centro de Pesquisa e Estudos de Pós-Graduação em Antropologia Social (CIESAS), em Guadalajara. É Especialista em Educação Pública e Cultura da Associação Multidisciplinar de Estudos Psicodélicos (MAPS). É co-fundadora do Coletivo Drogas, Política e Cultura no México (<http://drogapoliticacultura.net>) e co-fundadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Psicoativos (NEIP) no Brasil, além de editora de seu site (<http://www.neip.info>). Também é Editora-Chefe do Chacruna (<http://chacruna.net>). É autora, coautora e coeditora de dezoito livros, de uma edição especial de um journal acadêmico e de vários artigos indexados (<http://bialabate.net/>).

FREDERICO POLICARPO possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); mestrado e doutorado em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense (PPGA/UFF). É professor adjunto de Antropologia no curso de Políticas Públicas e na Pós Graduação em Sociologia e Direito, na Universidade Federal Fluminense. É pesquisador vinculado ao Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia - Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (INCT-InEAC), da UFF, e também pesquisador do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Psicoativos (NEIP). É autor de *O consumo de drogas e seus controles: uma perspectiva comparada entre as cidades do Rio de Janeiro, Brasil, e San Francisco, EUA* (Consequência, 2016), e coorganizador de *Drogas, políticas públicas e consumidores* (Mercado de Letras/NEIP, 2016).

### **Índice**

## **Apresentação**

BEATRIZ CAIUBY LABATE & FREDERICO POLICARPO

## **Prefácio**

TANIELE RUI

## ***Políticas de Cuidado***

### **1. Refazer sujeitos: uma etnografia sobre comunidades terapêuticas e seus objetivos**

MATHEUS CARACHO NUNES & LETÍCIA CANONICO DE SOUZA

O presente capítulo tem por objetivo discorrer, a partir de etnografia realizada em quatro comunidades terapêuticas em diferentes localidades do Brasil (Pernambuco, São Paulo e Mato Grosso), como estas pretendem criar as condições para a mudança de sujeitos considerados adictos e que, por isso, vão ou são levados para tais espaços de internação/tratamento. Estivemos durante quinze dias em cada uma dessas comunidades terapêuticas, em tempo integral, acompanhando a rotina de atividades propostas por elas. Desse modo, pudemos lançar atenção ao cotidiano desses espaços e como eles se propõem a (re)criar as condições de interação social dos sujeitos por meio de atividades centradas nos eixos da espiritualidade, do trabalho e da disciplina. Busca-se, assim, no presente capítulo, i) compreender as normas, os códigos de conduta, os valores e as moralidades que emergem do convívio entre os internos, funcionários e visitantes, e as regras institucionais que orientam o trabalho dos funcionários; ii) entender as reelaborações e significações do tratamento feitas pelos internos. Para isso, atenta-se às propostas centrais das comunidades terapêuticas, quais sejam: a abstinência e a construção de um novo padrão moral para os sujeitos. Atenta-se, portanto, ao que se pressupõe como objetivos ou metas que devem ser atingidas por elas, bem como a forma que os residentes/internos/alunos lidam com essa proposta. Importante ressaltar que a proposta de tratamento está inserida na atual política de combate às drogas no Brasil, por meio do financiamento do Plano “Crack, é possível vencer”, da SENAD.

### **2. Entre o cerco e o cuidado: as redes e a gestão intersetorial da saúde nas ruas**

MARIANA MARTINEZ

Este capítulo apresentará uma etnografia das redes do cuidado. Descrevo o modo de funcionamento de uma gestão intersetorial para usuários de drogas, a partir de uma pesquisa de campo em equipamentos públicos de saúde em São Bernardo do Campo (SP). A construção de redes para o acolhimento, o encaminhamento e o tratamento para esse público específico são as questões empíricas que orientaram esta pesquisa. A figura ambígua do consumidor de drogas (tanto paciente como infrator) ressoa nas políticas públicas dessa população. Assim, as redes que cuidam também o cercam. A etnografia de redes no setor da saúde explora os desafios e dilemas que tais aparatos de gestão intersetorial evocam. Procuo demonstrar, a partir da descrição das ações de diversos profissionais da saúde junto a pessoas em situação de rua, as questões que orbitam em torno do modelo organizacional das redes que são formuladas por preceitos de universalização dos direitos, mas no plano prático eles são inventados de acordo com as ocasiões. Também são levantados os dilemas de como os trabalhadores são desafiados a atar as parcerias, acompanhar a circulação de pessoas, flexibilizar a burocracia para garantir a permanência delas nos serviços. Tais empreendimentos vão de encontro aos dilemas de um projeto assistencial que visa a cuidar em liberdade, cumprindo os preceitos democráticos e humanistas, mas pretende monitorar os movimentos e perseguir muitos vestígios.

### **3. Usos, usuários e hierarquias: uma análise sobre o consumo de cocaína em um bar da Zona Norte de Niterói**

VICTOR CESAR TORRES DE MELLO RANGEL

O presente capítulo tem por objetivo discutir discursos e conhecimentos sobre o uso de cocaína a partir de consumidores da substância. A pesquisa empírica foi iniciada em 2014 em um bar, situado em um dos bairros da região norte da cidade de Niterói (RJ), que reúne grande quantidade de usuários de cocaína e outras drogas. O estabelecimento pode ser caracterizado como um típico bar de subúrbio, cujos frequentadores vão desde vendedores de balas que moram nas favelas da região a comerciantes de classe média. A escolha desse bar justifica-se pelo fato de já frequentá-lo antes da pesquisa e conhecer os donos, funcionários e alguns clientes (muitos destes usuários de drogas), possibilitando boa entrada a esse universo de consumo da substância. Pretende-se analisar como são construídos saberes e práticas sobre o uso de cocaína e como são classificados os diferentes usuários nesse espaço. É importante ressaltar que o capítulo não pretende assumir qualquer postura que leve a uma visão denunciante ou arbitral sobre os procedimentos adotados pelos usuários. Nem pretende-se trazer explicações etiológicas sobre o porquê de tais atores agirem de uma forma e não de outra. A preocupação aqui se resume em tentar acessar as esferas de sentido dessas pessoas e grupos que conformam o público assíduo do bar e entender como consideram coerentes e legítimas suas concepções sobre a substância e seu uso a partir dos diferentes usuários.

#### *Negociando os Dispositivos de Controle e Circulação das Drogas*

### **4. Das “xaropadas” aos “entorpecentes”: a ascensão do proibicionismo no Brasil**

CARLOS TORCATO

Quando pensamos a ascensão do proibicionismo em escala mundial é comum nos remetermos aos processos sociais, políticos e culturais que ocorreram nos EUA, que teriam levado esse país a uma militância em escala global contra o consumo não terapêutico de drogas. Em menor escala, existem referências ao problema da imposição do ópio na China pelo imperialismo. O presente capítulo procurará rediscutir a ascensão do proibicionismo a partir da análise do caso brasileiro, comparando com outros países da América e da Europa. A república e o federalismo permitiram a adoção, pelos estados brasileiros, de diferentes políticas nesse campo, com algumas restrições que anteciparam até mesmo as políticas estadunidenses. O entendimento que o uso legítimo de substâncias entorpecentes deveria ser definido pelo médico não é unívoco, pois em determinado momento o uso dos antálgicos em si surge como um risco para a sociedade, mesmo com a tutela do médico. Dessa forma, a partir da análise do caso brasileiro se pretende articular diversos fenômenos, tais como a cultura farmacológica popular, as disputas entre classe terapêutica oficial e não oficial, a relação da classe médica com o Estado, a disputas entre as indústrias farmacêuticas pelo mercado e a ascensão do aparato jurídico de penalização do toxicômano.

### **5. O varejo do mercado ilegal das drogas em Goiânia: dinâmicas criminais, controles e regulações sobre um comércio criminalizado**

GUILHERME BORGES DA SILVA E DALVA MARIA BORGES DE LIMA DIAS DE SOUZA

O capítulo apresenta um estudo sobre as dinâmicas criminais e a estruturação do varejo do mercado ilegal das drogas em Goiânia. O desenvolvimento deste estudo se deu a partir da realização de uma etnografia com pessoas que atuam e vivem desse comércio criminalizado. Diferentemente do que se

construiu no imaginário social dos mercados ilícitos, o tráfico de drogas em Goiânia se organiza de forma pulverizada e dinâmica. O funcionamento e as formas de comercialização se estruturam a partir dos tipos de mercadorias mercantilizadas, o perfil dos sujeitos envolvidos e os territórios onde se dão as transações. Esses marcadores, além da contribuição para compreender as dinâmicas e das estratégias utilizadas pelos atores na obtenção do sucesso de seus empreendimentos ilícitos, ajudam no entendimento das formas de regulação produzidas sobre esse comércio, justamente pela sua ilegalidade, concorrência e bons lucros. Em alguns arranjos desse mercado o uso da força e da violência é um dos meios mais recorrentes de regulação, principalmente nos territórios de pobreza em que há maior visibilidade e concorrência pelo controle do comércio. Além disso, a ilegalidade desse mercado abre espaço para formas de controles via negociações ilegais entre agentes do tráfico e agentes do Estado por meio de práticas de extorsão, corrupção, cobranças de dívidas e, nos casos mais extremos, até mesmo assassinato.

## **6. Sementes de maconha e o risco: uma análise das práticas dos procuradores do Ministério Público Federal do Rio de Janeiro**

LUANA ALMEIDA MARTINS & LAURA TALHO RIBEIRO

Os anos de estágio em varas criminais no Ministério Público Federal do estado do Rio de Janeiro, durante nossa graduação em Direito, nos revelaram como são distintas as práticas de atuação de cada procurador no que diz respeito à importação de sementes de maconha. Para alguns procuradores, a semente de maconha – enquanto droga –, ao ser importada, deve ser denunciada como tráfico internacional; para outros, essa mesma conduta não deve ser criminalizada, já que a semente não possuiria por si só as condições e qualidades químicas necessárias para, mediante transformação ou adição, produzir o entorpecente proibido. Há, ainda, aqueles que acreditam que se trata de contrabando, tendo em vista a importação de mercadoria proibida para a sementeira, que por não obedecer ao procedimento específico (Lei nº 10.711/03) configura o crime. Essas diferentes práticas ressaltam a pluralidade de atuação desse órgão diante de uma mesma conduta. Nossas percepções e experiências naquele espaço nos revelaram como os discursos jurídicos não são construídos de forma homogênea e que, na maioria das vezes, as redações das peças que servem à Justiça, evidenciam a compreensão que cada procurador tem do risco a ser combatido e, neste caso, atualizam diferentes discursos acerca do proibicionismo. Portanto, buscamos descrever as práticas de atuação dos gabinetes de trabalho, especialmente no que se refere ao tratamento conferido ao ato de importar sementes de maconha, analisando de que forma se constrói a percepção do risco, sob a ótica dos procuradores.

## **7. Usuários, moralistas e especialistas: uma análise sobre o debate da regulamentação da maconha nas audiências públicas promovidas pelo Senado brasileiro em 2014**

GUILHERME ALVES ELWANGER

Este capítulo aborda o conflito discursivo presente nas audiências públicas promovidas pelo Senado Federal do Brasil em 2014, que discutiram a proposta de regulamentação do uso da maconha no Brasil. Apesar de a discussão sobre a mudança da legislação referente ao uso de drogas ser pautada prioritariamente por um debate jurídico-legal e médico-científico, é notável a existência de outro elemento nessa discussão que envolve questões morais-valorativas. É possível observar que os indivíduos envolvidos no debate fazem parte de grupos sociais que têm interesses específicos em relação ao tema e usam diferentes discursos (jurídicos, médicos e morais) para sustentar suas proposições sobre o que consideram “certo” ou “errado” em relação ao uso da maconha. Sendo assim, o capítulo aborda o modo como os sujeitos envolvidos nesse debate empregam argumentos médico-científicos e jurídico-legais para sustentar proposições baseadas em concepções morais-valorativas. Mais especificamente, buscou-se compreender o conflito discursivo envolvendo grupos

de “empreendedores morais”, grupos organizados de usuários de maconha e especialistas nas áreas médica e jurídica. Para tanto, foi resgatada a relação entre “poder-saber” estabelecida por Michel Foucault, visto que a discussão sobre a regulamentação da maconha se desenvolve de tal maneira que o conflito é entre o que é “verdadeiro” e o que é “falso”, e as falas dos especialistas acabaram sendo fundamentais para embasar os argumentos em conflito, que buscavam estabelecer qual é a posição “correta” em relação à regulamentação ou não do uso da maconha no Brasil.

## **8. A regulamentação do Santo Daime no estado do Oregon**

HENRIQUE FERNANDES ANTUNES

O presente capítulo tem por objetivo analisar a disputa entre o governo estadunidense e um centro do Santo-Daime – a Church of the Holy Light of the Queen (Igreja da Luz Sagrada da Rainha), localizado em Ashland, no estado do Oregon –, que culminou no processo de regulamentação do uso religioso da ayahuasca por parte da instituição naquele estado. Inicialmente, será descrita brevemente a inserção do santo-daime nos Estados Unidos, o início das tensões com as instituições do país e do desenvolvimento da disputa entre a CHLQ e governo federal. Em seguida, o foco muda especificamente para a análise do litígio entre a CHLQ e representantes do governo estadunidense, atentando para as particularidades da disputa, bem como para as formas como a regulamentação da ayahuasca se efetivou após a decisão final da corte distrital. Assim, um dos objetivos centrais deste capítulo é analisar como diferentes normatividades são colocadas em ação e operadas, e como categorias são disputadas em meio a esse processo. Partindo desses elementos, pretende-se problematizar as particularidades das formas de regulamentação da instituição e da bebida como fruto dessa disputa que chega a um desfecho, mas sem estabelecer um consenso entre as partes, tendo em vista que o governo não abriu mão do argumento de que a ayahuasca configuraria uma droga que apresenta riscos à saúde, enquanto a CHLQ defendeu a todo momento que se tratava de um sacramento relativamente seguro, se usado em um contexto religioso. De fato, o estudo de caso em questão será valioso para reforçar a análise sobre o *modus operandi* do governo estadunidense ao lidar com grupos ayahuasqueiros, assim como da orientação de suas cortes ao enfrentar o desafio de mediar as disputas entre tais instituições e o governo.

### ***Reapropriações Locais***

## **9. Drogas, contracultura e antiproibicionismo no Brasil**

JULIO DELMANTO

A partir do entendimento de que o recurso ao consumo de drogas, sobretudo psicodélicas, ocupava importante papel no pensamento e no cotidiano de indivíduos identificados com a contracultura no Brasil governado pela ditadura militar nos anos 1960 e 1970, este capítulo aborda como a politização do cotidiano, a defesa do estar à margem e a exploração da alteração de consciência se articularam na vida de algumas dessas pessoas. O capítulo analisa também como o surgimento do movimento antiproibicionista na década de 1980, com sua posterior consolidação nos anos 2000, retoma em alguma medida algumas das proposições da contracultura, inclusive no que diz respeito ao que posteriormente passou a ser conhecido como redução de danos.

## **10. Genealogia do processo de patrimonialização da ayahuasca no Brasil**

GLAUBER LOURES DE ASSIS E BEATRIZ CAIUBY LABATE

Esse capítulo se propõe a realizar uma genealogia do processo de patrimonialização da ayahuasca no Brasil. Através de uma perspectiva histórica e comparativa, identificamos os principais atores

envolvidos, assim como as lutas, disputas e alianças que compõem esse cenário. Em primeiro lugar, situamos brevemente a patrimonialização de diversas plantas psicoativas na América Latina. Em seguida, analisamos criticamente o posicionamento de diversos grupos ayahuasqueiros e as discussões sobre a patrimonialização do uso religioso da ayahuasca no Brasil. Por fim, contemplamos como a entrada das etnias indígenas no debate público complexificou este processo. Para além de seus desafios técnicos e políticos, veremos que a discussão sobre a patrimonialização de bens imateriais e práticas religiosas fomenta interessantes debates sobre tradição, cultura, meio-ambiente e etnicidade.

## **11. Facebook, maconha e a libertação das drogas na Colômbia**

ANDRÉS GÓNGORA

O capítulo visa a descrever o processo organizativo desenvolvido pelos membros dos autodenominados coletivos “canábicos”, “antiproibicionistas”, e das organizações da sociedade civil que propõem mudar as atuais políticas de drogas na Colômbia. Com base em um trabalho etnográfico realizado desde o ano 2011 em várias cidades do país, o capítulo mostra como para os ativistas que lutam contra a “proibição das drogas” o “movimento social” é, entre outras coisas, o efeito das relações construídas na internet e particularmente em redes sociais como o Facebook. Em termos metodológicos é um desafio lidar com o rio de informações que o pesquisador engajado recebe nos seus dispositivos eletrônicos. Sendo assim, é correto usar o termo “virtual” para descrever dito fluxo? É possível fazer algum tipo de descrição etnográfica a partir dos perfis de Facebook dos coletivos canábicos? É preciso separar analiticamente as interações mediadas por computador da “vida real”? Qual o potencial emancipatório e que tipo de práticas de regulação emergem quando se pretende construir relações politicamente orientadas através da internet? O capítulo espera responder essas questões e refletir sobre a construção contemporânea das causas políticas e o uso da comunicação mediada por computadores, partindo de alguns problemas etnográficos encontrados durante o trabalho de campo com coletivos canábicos e antiproibicionistas da Colômbia.

## **12. Sobre o governo dos usos e dos usuários de maconha no Brasil**

TIAGO MAGALHÃES RIBEIRO

Este capítulo apresenta uma reflexão produzida a partir de resultados obtidos em uma pesquisa de doutorado. Trata-se de uma análise acerca de relações que se podem estabelecer entre, de um lado, as racionalidades políticas que, historicamente, em nosso país, instituem o uso de maconha enquanto problema pensável e administrável, com a produção, principalmente na psiquiatria e na medicina, de saberes sobre essa droga, seus usos e usuários, permitindo um avanço dos controles sociais sobre as práticas de alteração de consciência por meio do uso dessa substância. E, de outro lado, as formas pelas quais consumidores de maconha problematizam e atuam sobre si mesmos e sobre seus pares, perfazendo um processo de constituição de si mesmos como sujeitos de suas práticas de alteração de consciência. No recorte aqui realizado, enfatiza-se a descrição dos modos pelos quais um tipo de sujeito usuário de maconha autocontrolado, gestor de si mesmo, emerge a partir de discursos e práticas circulantes em uma comunidade virtual de usuários da droga, e buscase analisar, nesse processo de (auto)constituição de sujeitos usuários de maconha que procuram governar a si mesmos, recusando as formas pelas quais o Estado pretende governá-los, as relações que se pode perceber entre liberdade e controle, ética e política, legalização e proibição, governo dos outros e governo de si.